

**INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**

**O MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL,  
OS LUCROS DISTRIBUÍDOS  
E OS IMPOSTOS DIFERIDOS**

**ÁREA CIENTIFICA DE CONTABILIDADE FINANCEIRA**

---

**Trabalho de natureza profissional apresentado  
para prestação de provas públicas de  
atribuição do título de especialista**  
(alínea b) do n.º 1 do art. 6º do Despacho n.º 12486/2010, de 2 de Agosto)

**Sérgio Paulo Pereira Carmelo**  
**Outubro de 2011**

## ÍNDICE

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>2.</b>	<b>DESCRIÇÃO DO PROBLEMA PROFISSIONAL .....</b>	<b>5</b>
<b>3.</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>9</b>
<b>3.1.</b>	<b>MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL (MEP).....</b>	<b>9</b>
<b>3.1.1.</b>	<b>Conceito e funcionamento .....</b>	<b>9</b>
<b>3.1.2.</b>	<b>Aplicabilidade .....</b>	<b>16</b>
<b>3.1.3.</b>	<b>Tratamento contabilístico dos lucros distribuídos .....</b>	<b>19</b>
<b>3.2.</b>	<b>TRATAMENTO FISCAL DOS LUCROS DISTRIBUÍDOS.....</b>	<b>22</b>
<b>3.2.1.</b>	<b>Regime fiscal dos lucros distribuídos .....</b>	<b>22</b>
<b>3.2.2.</b>	<b>Implicações fiscais da utilização do MEP .....</b>	<b>23</b>
<b>3.3.</b>	<b>IMPOSTOS DIFERIDOS.....</b>	<b>27</b>
<b>3.3.1.</b>	<b>Conceito e funcionamento .....</b>	<b>27</b>
<b>3.3.2.</b>	<b>Aplicabilidade .....</b>	<b>35</b>
<b>3.3.3.</b>	<b>Os impostos diferidos, o MEP e os lucros distribuídos .....</b>	<b>37</b>
<b>4.</b>	<b>SOLUÇÃO APRESENTADA PARA O PROBLEMA PROFISSIONAL</b>	<b>40</b>
<b>5.</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>46</b>
<b>6.</b>	<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>47</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi elaborado com a finalidade de dar cumprimento ao disposto na alínea b) do n.º 1 do art. 6º do Despacho n.º 12486/2010, de 2 de Agosto – *Regulamento para a atribuição do título de especialista no Instituto Politécnico do Porto*. A sua elaboração obedeceu, quanto à forma e conteúdo, à interpretação pessoal do candidato, das exigências constantes desse mesmo artigo do Despacho, em particular da sua alínea c) do n.º 1, conjuntamente com o art. 11º. Não se tratando de um trabalho de investigação, pretende-se sim, que constitua um testemunho da solução de uma situação da prática profissional, no âmbito da qual tenha existido recurso a um conjunto relevante de conhecimentos científicos e técnicos, relacionados com a área na qual é pretendido o reconhecimento do título de especialista.

A escolha do tema tratado deveu-se ao facto de estar associado a uma questão de natureza contabilística que teve que ser analisada no decurso do trabalho de revisão/auditoria realizado com vista à emissão da Certificação Legal das Contas do exercício de 2010 de uma empresa cliente da actividade exercida de Revisor Oficial de Contas. Trata-se de uma empresa que detém uma participação financeira numa outra empresa sua associada. Ambas as empresas se encontram enquadradas no quadro geral do Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

O problema concreto tratado, que constitui a situação sobre a qual foi emitido parecer profissional, é o das implicações ao nível da tributação em imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) dos lucros distribuídos pela participada à participante, quando os investimentos financeiros representados por partes de capital em associadas estão contabilizados e mensurados pelo método da equivalência patrimonial (MEP), bem como, se existem implicações relativamente ao tratamento contabilístico dos impostos diferidos. À partida subsistiam dúvidas pois existem autores e especialistas que consideram existir lugar ao reconhecimento de impostos diferidos relativamente a lucros distribuídos quando os respectivos investimentos financeiros se encontram relatados pelo MEP<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Ver Lopes, Carlos António Rosa (2004, pág. 225, 227).

Assim, no segundo capítulo apresento da forma que considero adequada a questão profissional que me foi colocada e que serve de mote a este trabalho. Neste contexto, começo por caracterizar minimamente as empresas envolvidas, a forma como o problema foi colocado pela empresa cliente e os principais contornos do mesmo.

No terceiro capítulo, com o propósito de enquadrar devidamente todos os aspectos teóricos do problema, surge a necessidade de o dividir em três secções. Assim, começo por efectuar uma abordagem do MEP, caracterizando-o e explicando resumidamente como funciona. Também delimito a sua aplicação na prática, dando ênfase ao modo como é tratada a questão dos lucros distribuídos. De seguida, abordo o regime fiscal aplicável aos lucros distribuídos e as consequências fiscais da utilização do MEP no tratamento contabilístico dos mesmos. Por fim, defino e explico o método dos impostos diferidos, delimitando a sua aplicação e relacionando-o com os lucros distribuídos aos investimentos financeiros contabilizados pelo MEP.

No quarto capítulo, retomando o problema profissional inicialmente apresentado e recorrendo à fundamentação teórica referida, exponho a solução preconizada para a situação real que constituiu o mote para este trabalho.

No capítulo que denomino de conclusões, relato a solução que considero ser a adequada para o tratamento em abstracto do tema analisado.

## **2. DESCRIÇÃO DO PROBLEMA PROFISSIONAL**

Por uma questão de respeito pela confidencialidade que deve ser observada, na descrição da situação, as referências serão efectuadas à empresa “Alfa, S.A.” (Alfa), empresa minha cliente do trabalho de Revisão Legal das Contas, e à empresa “Beta, S.A” (Beta), empresa sua participada. Ambas as empresas têm a sua sede social em Vila Nova de Famalicão.

A relação profissional que mantenho com a empresa Alfa enquadra-se ao nível da Revisão Legal das Contas tendo-se iniciado em 2005. Cumpri um primeiro mandato como fiscal único no período compreendido entre 2005 e 2008, estando actualmente a decorrer o segundo mandato que envolve o período de 2009 a 2012. No âmbito destas funções, é habitual solicitarem-me pareceres, sobre o correcto procedimento a adoptar perante questões concretas de natureza contabilística e fiscal, que surjam no decurso do desenvolvimento do negócio da empresa. A empresa foi constituída em 2005 e tem como objecto social: Construção civil, empreitadas de obras públicas e particulares; Concepção, edificação e exploração de empreendimentos turísticos; Compra e venda de imóveis.

Com a empresa Beta não mantenho qualquer relação de natureza profissional. Esta empresa foi constituída em 2006 tendo como objecto social: Confecção de artigos têxteis; Agente de comércio por grosso e a retalho de artigos têxteis.

A empresa Alfa possui uma participação social representativa de 30% do capital da empresa Beta, sua associada, que adquiriu em 2006 no momento da constituição desta pelo seu valor nominal. Desde o início o investimento financeiro vem sendo contabilizado pelo MEP.

Na restante estrutura accionista das empresas, constituída por pessoas singulares, não existem accionistas comuns e a administração das empresas é independente.

Para além da relação de participação no capital existente, a empresa Alfa é também a proprietária do imóvel que constitui o edifício industrial onde a empresa Beta desenvolve a sua

actividade. Consequência desta situação, Alfa obtém rendimentos provenientes do arrendamento. De resto, a actividade da empresa tem-se centrado na aquisição de imóveis, normalmente integrados na massa falida de empresas insolventes, seguida de recuperação ou remodelação através da subcontratação desses trabalhos a terceiros e posterior arrendamento ou venda. Assim, o seu activo é composto essencialmente por activos não correntes constituídos por propriedades de investimento e o investimento financeiro referido.

A empresa Alfa emprega três trabalhadores respectivamente, um administrador remunerado, uma funcionária administrativa e um encarregado de gestão de obras e arrendamentos. A contabilidade da empresa é realizada externamente por recurso a uma empresa de prestação destes serviços.

Tendo por base os dados constantes das demonstrações financeiras do exercício económico de 2010, a empresa Alfa apresenta um total de balanço de 2.887.637,55 euros, com um capital próprio de 636.882,52 euros que inclui um resultado líquido de 42.586,35 euros. Em termos de rendimentos, o total é de 748.521,00 euros no qual se incluem 120.000,00 euros de rendas provenientes do arrendamento do imóvel a Beta e 76.971,00 euros decorrentes da aplicação do MEP ao investimento financeiro detido em Beta. Por sua vez a empresa Beta apresenta um total de balanço de 3.838.251,38 euros, com um capital próprio de 767.986,94 euros que inclui um resultado líquido de 256.570,00 euros. Em termos de rendimentos, o total é de 8.294.498,54 euros provenientes essencialmente das vendas.

Tratando-se de sociedades anónimas, não obstante os valores apresentados que também o obrigariam, ambas as sociedades estão enquadradas nas exigências de relato financeiro do sistema geral do SNC.

Retomando o aspecto do investimento financeiro detido por Alfa em Beta, o mesmo encontra-se contabilizado nas contas individuais de Alfa pelo MEP desde o exercício económico da sua aquisição. Entre 2006 e 2009 a empresa aplicou o MEP em concordância com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade (POC) em vigor, observando em particular as

regras constantes da Directriz Contabilística n.º 9/92, de 19 de Novembro – “Contabilização nas contas individuais da detentora, de partes de capital em filiais e associadas”. Não se reconheceram na transição quaisquer diferenças de justo valor nem qualquer diferença intangível, na medida em que a participação foi adquirida ao par no contexto da constituição da empresa Beta. Num contexto de aplicação corrente do MEP todas as variações ocorridas nos capitais próprios de Beta, única e exclusivamente decorrentes dos resultados obtidos em cada um dos exercícios económicos decorridos entre 2006 e 2009, foram ajustados no valor do investimento financeiro detido na associada tendo por contrapartida resultados financeiros, em conformidade com as disposições decorrentes do modelo do POC. Com a entrada em vigor do SNC no exercício económico de 2010, embora produzindo também efeitos sobre os números comparativos apresentados nesse exercício, o MEP continuou em aplicação, agora de acordo com as regras dispostas por este.

O primeiro contacto com a questão a formular e tratar neste trabalho ocorreu em Dezembro de 2010, no período interino do trabalho de revisão legal das contas do exercício económico de 2010. Nessa altura, numa reunião de acompanhamento da actividade da empresa e preparação das tarefas de auditoria a realizar no fecho do exercício, o órgão de gestão da empresa Alfa referiu que, mediante a expectativa da empresa Beta vir a ter um resultado líquido considerado elevado pelos seus accionistas, existia a possibilidade de pela primeira vez esta vir a distribuir dividendos (lucros). O órgão de gestão requereu então a emissão de um parecer prévio, no âmbito do SNC, sobre qual o tratamento da questão pelo MEP, qual o seu tratamento fiscal em sede de IRC e se haveria lugar ao reconhecimento de impostos diferidos. Este último aspecto constituiria uma novidade do exercício económico de 2010 pois até então a empresa vinha aplicando o método do imposto a pagar na contabilização do IRC.

Sobre a questão do reconhecimento pela primeira vez no exercício económico de 2010 dos impostos diferidos, é de realçar que de acordo com o parágrafo 3 da Directriz Contabilística n.º 28/01, de 6 de Junho – “Impostos Sobre o Rendimento”, com remissão para o n.º 1 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de Novembro e deste para o artigo 262º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), não tendo a empresa vindo a ultrapassar dois dos três limites

referidos no último<sup>2</sup>, nomeadamente os que se referem ao total de vendas líquidas e outros rendimentos e ao número de trabalhadores, se encontrava dispensada da aplicação da aplicação da referida directriz e, assim, do reconhecimento de impostos diferidos na contabilização do IRC.

Em Março de 2011, perante a concretização da situação prevista, numa reunião mantida com o órgão de gestão da empresa Alfa ocorrida já no âmbito dos trabalhos de final da auditoria às contas do exercício económico de 2010, na presença do técnico oficial de contas da empresa, tomei conhecimento do resultado líquido obtido pela associada Beta, de 256.570,00 euros e da aplicação decidida em Assembleia Geral desta, de atribuição de dividendos (lucros) aos accionistas no montante total de 83.333,33 euros, tendo cabido a Alfa o valor de 25.000,00 euros. Nesta altura foram-me facultados os documentos de prestação de contas da empresa Beta e renovado o pedido de emissão de um parecer que manifestasse o meu entendimento sobre o correcto enquadramento contabilístico e fiscal a dar pela empresa à questão em causa e indicasse os procedimentos a seguir, tendo já presentes as alterações ao Código do IRC (CIRC) decorrentes do Orçamento do Estado para 2011.

---

<sup>2</sup> O n.º 2 do art. 262º do CSC refere os seguintes limites:

- Total do balanço: 1.500.000 euros;
- Total de vendas líquidas e outros proveitos: 3.000.000 euros;
- Número de trabalhadores empregados em média durante o exercício: 50.



### **3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

#### **3.1. MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL (MEP)**

##### **3.1.1. Conceito e funcionamento**

Versando sobre as contas individuais das empresas<sup>3</sup>, o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), em particular as suas Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) n.º 13 – “Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas” e n.º 15 – “Investimentos em Subsidiárias e Consolidação”, referem o método da equivalência patrimonial como o método de contabilização e mensuração a utilizar como regra<sup>4</sup> quando existam investimentos financeiros representados por partes de capital em empresas subsidiárias e/ou associadas e/ou entidades conjuntamente controladas<sup>5</sup>. O outro método de contabilização e mensuração referido nessas NCRF, considerado como de aplicação excepcional, é o método do custo<sup>6</sup>.

A diferença fundamental entre estes métodos de tratamento contabilístico dos investimentos financeiros detidos em empresas subsidiárias e/ou associadas e/ou entidades conjuntamente controladas, reside no facto de, no método do custo os investimentos financeiros serem mensurados ao custo de aquisição<sup>7</sup>, valor pelo qual são reconhecidos inicialmente, podendo, excepcionalmente, ser mensurados pela sua quantia recuperável, quando esta se possa determinar<sup>8</sup> e for inferior ao custo de aquisição. Nesta situação deve ser reconhecida uma perda

---

<sup>3</sup> Ou outras entidades sujeitas ao SNC, conforme o disposto no art. 3º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho.

<sup>4</sup> Na verdade, conforme o disposto no parágrafo 31 da NCRF N.º 13, o método recomendado para aplicação nas contas individuais da investidora em investimentos detidos em entidades conjuntamente controladas quando esta não estiver sujeita a consolidação de contas é o método da consolidação proporcional. Parece um contra-senso, não existindo consolidação, aplicar-se um método de consolidação numa questão que é de mensuração de investimento financeiro. Tratar-se-á de um lapso normativo? Esta questão será melhor tratada na secção seguinte.

<sup>5</sup> O MEP é também um dos três métodos de consolidação de contas, previsto nas NCRF n.º 13 e n.º 15 do SNC. Neste caso, destina-se a ser aplicado às empresas subsidiárias e/ou entidades conjuntamente controladas excluídas da consolidação pelos outros métodos e, às empresas associadas em geral. Os critérios de exclusão da consolidação estão definidos no art. 8º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho.

<sup>6</sup> Conforme o disposto nos parágrafos 35, 36 e 42 da NCRF n.º 13 e no parágrafo 8 da NCRF n.º 15.

<sup>7</sup> Custo histórico.

<sup>8</sup> Em conformidade com NCRF n.º 12 – “Imparidade de Activos”.

por imparidade para investimentos financeiros que se determina pela diferença entre o custo de aquisição e a quantia recuperável. Por outro lado, no método da equivalência patrimonial os investimentos financeiros devem ser mensurados pelo seu valor contabilístico, isto é, pelo valor que, de forma directamente proporcional à participação detida no capital da participada, representam sobre o património líquido da mesma, tal como se encontra expresso no seu balanço<sup>9</sup>, podendo, excepcionalmente, ser mensurados pela sua quantia recuperável, quando esta se possa determinar<sup>10</sup> e for inferior ao valor contabilístico<sup>11</sup> e a quantia recuperável.

A NCRF n.º 13, apresenta algumas definições relevantes sobre o MEP ou relacionadas com ele, como os conceitos de filial ou subsidiária, de associada e de entidade conjuntamente controlada, que passo a transcrever (NCRF n.º 13, § 4 e § 15):

- *O método da equivalência patrimonial é um método de contabilização pelo qual o investimento ou interesse é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte do investidor ou do empreendedor nos activos líquidos da investida ou entidade conjuntamente controlada. Os resultados do investidor ou empreendedor incluem a parte que lhe corresponda nos resultados da investida ou da entidade conjuntamente controlada.*
- *Uma subsidiária é uma entidade (aqui se incluindo as entidades não constituídas em forma de sociedade, como, p. ex., as parcerias) que é controlada por uma outra entidade (designada por empresa-mãe).*
- *Uma associada é uma entidade (aqui se incluindo as entidades não constituídas em forma de sociedade, como, p. ex., as parcerias) sobre a qual o investidor tenha*

---

<sup>9</sup> Por este motivo, a empresa participante dispõe de um período adicional de dois meses para apresentar a apreciação as contas do exercício, passando a data limite a ser, em regra, 31 de Maio (n.º 5 do art. 65º do Código das Sociedades Comerciais).

<sup>10</sup> Conforme o disposto nos parágrafos 51 a 53 da NCRF n.º 13.

<sup>11</sup> Referido no parágrafo 52 da NCRF n.º 13 como “quantia escriturada”.

*uma influência significativa e que não seja nem uma subsidiária nem um interesse num empreendimento conjunto.*

- *Uma entidade conjuntamente controlada é um empreendimento conjunto que envolve o estabelecimento de uma sociedade, de uma parceria ou de outra entidade em que cada empreendedor tenha um interesse. A entidade opera da mesma forma que outras entidades, excepto que um acordo contratual entre os empreendedores estabelece o controlo conjunto sobre a actividade económica da entidade.*

Kieso e Weygandt (1998, pág. 916) defendem que o MEP capta a relação económica entre a empresa participante e a empresa participada, definindo-o:

*Sob o método da equivalência patrimonial é captada uma relação económica significativa entre o investidor e o investido. O investimento é originalmente registado pelo custo das participações adquiridas mas é subsequentemente ajustado em cada período pelas mudanças nos activos líquidos do investido. Isto é, o valor corrente dos investimentos é periodicamente aumentado (diminuído) pela parte proporcional do investidor nos lucros (prejuízos) do investido e diminuído por todos os dividendos recebidos pelo investidor, do investido. O método da equivalência patrimonial reconhece que os lucros do investido aumentam os seus activos líquidos, e que os prejuízos do investido e os dividendos diminuem os seus activos líquidos<sup>12</sup>.*

Também, Borges *et al* (2010, pág. 729, 730) definem o método da equivalência patrimonial e o seu funcionamento, da seguinte forma:

*O método da equivalência patrimonial é um método de contabilização, pelo qual, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo (preço de custo da compra) e posteriormente ajustado pelas alterações dos capitais próprios da investida na parte que cabe ao investidor (% de interesse) nos activos líquidos da investida. Aos*

---

<sup>12</sup> Tradução do original em inglês da responsabilidade do autor.

*resultados do investidor (participante) é-lhes imputada também a parte que lhe cabe nos resultados da investida, tendo em atenção a sua % de interesse. Os resultados que lhe forem imputados devem ser ajustados pela parte desses mesmos resultados que foram gerados através de operações internas e que ainda não se encontram realizados (resultados não realizados)<sup>13</sup>.*

*Adoptando-se o método da equivalência patrimonial, o custo de aquisição de uma participação será acrescido ou reduzido:*

- ✓ *Da quantia correspondente à proporção nos resultados líquidos da entidade participada;*
- ✓ *Da quantia correspondente à proporção noutras variações nos capitais próprios da entidade participada;*
- ✓ *Da quantia dos lucros distribuídos à participação; e*
- ✓ *Da quantia da cobertura de prejuízos que tenha sido deliberada.*

*Aquando da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial, devem ser atribuídas às partes de capital as quantias correspondentes à fracção dos capitais próprios que elas representavam no início do período, por contrapartida da conta 5711 – Ajustamentos em activos financeiros – Relacionados com o método da equivalência patrimonial – Ajustamentos de transição.*

Baseado na análise do parágrafo 47 da NCRF n.º 13, a utilização da técnica do ajustamento de transição deve ser a excepção aplicável, apenas nos casos em que a relação custo-benefício subjacente à preparação da informação financeira não justifique a reconstituição do MEP desde a data da aquisição, ou tal não seja possível. Vejamos então como deve ser reconhecida a transição do método do custo para o MEP (NCRF n.º 13, § 47):

---

<sup>13</sup> Estas eliminações são referidas nos parágrafos 14 e 15 por remição do parágrafo 8 da NCRF n.º 15. Relativamente à eliminação de resultados provenientes das transacções intra-grupo ainda não realizados é compreensível o seu propósito; contudo, no que respeita à eliminação de saldos e transacções intra-grupo, num contexto de contas individuais em que não existe integração das contas entre as diferentes empresas assemelha-se a uma incoerência normativa.

*Um investimento numa associada é contabilizado usando o método da equivalência patrimonial a partir da data em que se torne uma associada. Na aquisição do investimento, qualquer diferença entre o custo do investimento e a parte do investidor no justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada é contabilizada de acordo com a NCRF 14 - Concentrações de Actividades Empresariais. Portanto:*

*(a) O goodwill relacionado com uma associada é incluído na quantia escriturada do investimento. Contudo, a amortização desse goodwill não é permitida e não é portanto incluída na determinação da parte do investidor nos resultados da associada;*

*(b) Qualquer excesso da parte do investidor no justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada acima do custo do investimento é excluído da quantia escriturada do investimento e é incluído como rendimento na determinação da parte do investidor nos resultados da associada do período em que o investimento é adquirido.*

*Serão feitos ajustamentos apropriados na parte do investidor nos resultados da associada, após a aquisição, para contabilizar, por exemplo, a depreciação dos activos depreciables baseada nos seus justos valores à data da aquisição. De forma semelhante, serão feitos ajustamentos apropriados na parte do investidor nos resultados da associada, após a aquisição, para ter em conta perdas por imparidade reconhecidas pela associada em itens tais como o goodwill ou activos fixos tangíveis<sup>14</sup>.*

---

<sup>14</sup>Para servir este propósito, a conta 41.1.1 – “Investimentos financeiros – Investimentos em subsidiárias – Participações de capital – método da equivalência patrimonial” ou a conta 41.2.1 – “Investimentos financeiros – Investimentos em associadas – Participações de capital – método da equivalência patrimonial” ou a conta 41.3.1 – “Investimentos financeiros – Investimentos em entidades conjuntamente controladas – Participações de capital – método da equivalência patrimonial” devem ser divididas em três subcontas de grau superior, como por exemplo: 41.1.1.1/41.2.1.1/41.3.1.1 – “Valor contabilístico”  
41.1.1.2/41.2.1.2/41.3.1.2 – “Diferenças de avaliação”  
41.1.1.3/41.2.1.3/41.3.1.3 – “Diferença de aquisição positiva – goodwill”  
Tratando-se de diferença de aquisição negativa (badwill ou negative goodwill), a mesma deve ser tratada como um rendimento, sendo reconhecida na conta 78.5.1 – “Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos – Aplicação do método da equivalência patrimonial”.

Relativamente aos períodos de aplicação corrente do MEP e, no sentido de procurar clarificar o já referido por Borges et al (2010), atenda-se a Costa e Alves (2008, pág. 823):

*Nos exercícios seguintes o custo de aquisição ou as quantias ajustadas atrás referidas, conforme os casos, deverão:*

*1. Ser acrescidas:*

- a) do lucro imputável à participação;*
- b) da cobertura de prejuízos da participação que tenha sido deliberada;*
- c) da quantia correspondente à proporção nas variações positivas do capital próprio da participada.*

*2. Ser reduzidas:*

- a) do lucro atribuído à participação;*
- b) do prejuízo imputável à participação (até ao limite do saldo da conta)<sup>15</sup>;*
- c) da quantia correspondente à proporção nas variações negativas do capital próprio da participada (até ao limite do saldo da conta)<sup>16</sup>.*

Feitas estas referências que resumem apropriadamente o que é o MEP e como funciona a sua aplicação, termina-se esta secção apresentando um esquema gráfico que contempla os principais movimentos contabilísticos a efectuar na sua aplicação prática.

---

<sup>15</sup> Vários autores e especialistas defendem que nestes casos deve ser constituída uma provisão, sobretudo quando a participante assumiu responsabilidades de conta da participada.

<sup>16</sup> Idem 15.

<b>78.5.1 – Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos –</b> <b>Aplicação do método da equivalência patrimonial</b>		<b>41.1/2/3 – Investimentos financeiros – subsidiárias/associadas/entidades conjuntamente controladas</b> <b>41.1/2/3.1 - Empresas do grupo/associadas</b>		<b>68.5.2. - Gastos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos –</b> <b>Aplicação do método da equivalência patrimonial</b>	
	1) Dif. de aquisição negativa - Badwill	1) Custo de aquisição <sup>17</sup>	3) Prejuízos apurados	3) Prejuízos apurados	
	2) Lucros apurados	2) Lucros apurados	5) Diminuição dos capitais próprios		
		4) Aumento dos capitais próprios	6) Lucros distribuídos		
		7) Cobertura de prejuízos			
<b>57.1.3 – Ajustamentos em activos financeiros – Relacionados com o MEP - Decorrentes de outras variações nos capitais próprios das participadas</b>		<b>Contas financeiras</b>			
5) Diminuições dos capitais próprios	4) Aumento dos capitais próprios	6) Lucros distribuídos	1) Custo de aquisição	7) Cobertura de prejuízos	
<b>57.1.2 – Ajustamentos em activos financeiros – Relacionados com o MEP – Lucros não atribuídos</b>		<b>56 – Resultados transitados</b>			
	9) Lucros não atribuídos	9) Lucros não atribuídos			

<sup>17</sup> Deverá contemplar movimentos nas três subcontas que referidas na nota 14. A existirem diferenças de avaliação, as mesmas devem ser reconhecidas a débito da conta 41.1.1.2/41.2.1.2/41.3.1.2 se forem positivas (subvalorizações de activos ou sobrevalorizações de passivos) ou a crédito da conta 41.1.1.2/41.2.1.2/41.3.1.2 se forem negativas (subvalorizações de passivos ou sobrevalorizações de activos). Pela sua reversão, a conta 41.1.1.2/41.2.1.2/41.3.1.2 será anulada tendo como contrapartida ou a conta 78.5.1 ou a conta 68.5.2 se tiverem tido impacto sobre os resultados da participada (ex: reconhecimento de provisões ou perdas de imparidade), ou a conta 41.1.1.1/41.2.1.1/41.3.1.1 no caso contrário (ex: revalorizações de investimentos).

65.3 – Perdas por imparidade – Em investimentos financeiros		76.2.3 – Reversões – De perdas por imparidade – Em investimentos financeiros		41.9 – Investimentos financeiros – Perdas por imparidade acumuladas	
10) Constituição ou reforço de uma perda de imparidade (diferença entre o valor contabilístico e a quantia recuperável)			11) Reversão parcial ou total das perdas de imparidade acumuladas	11) Reversão parcial ou total das perdas de imparidade acumuladas	10) Constituição ou reforço de uma perda de imparidade (diferença entre o valor contabilístico e a quantia recuperável)

### 3.1.2. Aplicabilidade

No que respeita à aplicação prioritária do MEP sobre os outros critérios de reconhecimento e mensuração possíveis, foi referido na secção anterior que o MEP está definido nas NCRF n.º 13 e NCRF n.º 15 como o método de referência a utilizar ao nível do reconhecimento e mensuração dos investimentos financeiros em partes de capital em empresas subsidiárias e/ou associadas e/ou entidades conjuntamente controladas.

Não obstante, e relativamente aos investimentos financeiros em partes de capital em entidades conjuntamente controladas quando não exista consolidação de contas, o método de registo e mensuração recomendado é o da consolidação proporcional. Sobre o tema, a NCRF n.º 13 refere (NCRF n.º 13, § 29 e § 31):

*Um empreendedor pode reconhecer o seu interesse numa entidade conjuntamente controlada usando:*

- (a) *Um dos dois formatos de relato para a consolidação proporcional descritos no parágrafo 55, ou*
- (b) *A equivalência patrimonial descrita no parágrafo 57.*



*Quando o empreendedor não estiver sujeito à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, deverá reconhecer nas suas demonstrações financeiras o seu interesse numa entidade conjuntamente controlada usando, como método recomendado, o indicado no parágrafo 29 (a), ou, como método alternativo, o indicado no parágrafo 29 (b).*

Pela sua aparente incoerência, na medida em que se quer aplicar um método de consolidação ao nível de contas que se pretendem sejam individuais, levantam-se dúvidas que esta imposição normativa venha a ter aplicação prática. Na linha desta argumentação veja-se o que Borges *et al* (2010, pág. 733) referem:

*Trata-se, em nosso entender de mais um lapso linguístico ou conceptual inscrito nas notas do SNC, dado que “mensurar uma participação financeira pelo método da consolidação proporcional” traduz uma inovação muito interessante no domínio das contas individuais que, até ao momento, só tínhamos encontrado no processo de consolidação de contas e nunca em nenhum normativo nacional ou internacional nas contas individuais. Urge um esclarecimento urgente nesta matéria da CNC.*

*De forma indirecta poderá admitir-se que o SNC acaba por clarificar um pouco esta confusão metodológica ao referir que “se o empreendedor elaborar contas consolidadas, então terá de, nas suas contas individuais, mensurar a participação na entidade conjuntamente controlada pelo método da equivalência patrimonial”. Mesmo assim, entendemos que deveria ser revista a redacção destas matérias, sob pena de gerarem dúvidas quanto aos procedimentos que verdadeiramente devam ser adoptados.*

Em face do exposto, resta referir que sobra como método de registo e mensuração do tipo de investimentos financeiros em análise, de aplicação em circunstâncias excepcionais, o método do custo. Relativamente a estas situações excepcionais, veja-se as referências da NCRF n.º 13 relativamente aos investimentos financeiros em partes de capital em entidades conjuntamente

controladas e em associadas (NCRF n.º 13, § 36 e § 42) e da NCRF n.º 15 com referência aos investimentos financeiros em partes de capital em subsidiárias (NCRF n.º 15, § 8):

*Um investidor num empreendimento conjunto que não disponha de controlo conjunto, nem nele possa exercer influência significativa, deve contabilizar esse investimento nas suas demonstrações financeiras individuais ao custo<sup>18</sup>. Caso prepare demonstrações financeiras consolidadas pode contabilizar esse investimento ao custo ou ao justo valor.*

*Um investimento numa associada deve ser contabilizado usando o método da equivalência patrimonial, excepto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a empresa detentora, caso em que deve ser usado o método do custo.*

*Nas demonstrações financeiras individuais de uma empresa-mãe, a valorização dos investimentos em subsidiárias deve ser efectuada de acordo com o método de equivalência patrimonial, aplicando-se, ainda, o disposto nos parágrafos 14 e 15.*

*Nos casos em que se verifiquem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a empresa detentora, deve ser usado o método do custo.*

Para terminar, e sendo exaustivo na análise dos métodos de reconhecimento e mensuração dos investimentos financeiros em partes de capital, resta referir a situação das participações de capital noutras empresas. Desde logo, denominam-se por “outras empresas”, as entidades nas quais a participação de capital detida não confere nem controlo nem influência significativa, isto é, por excepção, são as situações não enquadráveis nos casos anteriores, nas quais não existe entre participante e participado uma relação económica relevante. A inexistência dessa relação leva a que, no respeitante aos métodos de reconhecimento e mensuração, seja dada primazia à perspectiva financeira e não à económica. A este tipo de investimentos financeiros em partes de capital aplicam-se as disposições da NCRF n.º 27 – “Instrumentos Financeiros”, que prevê, no seu parágrafo 11, a possibilidade de utilização do método do custo ou do método do justo valor.

---

<sup>18</sup> Neste caso a classificação correcta para o investimento financeiro existente parece ser na conta 41.4.1 – Investimentos financeiros – Investimentos noutras empresas – Participações de capital.

Este último, emprega-se apenas quando existam cotações divulgadas publicamente, conforme dispõe a alínea a) do parágrafo 16 da NCRF n.º 27.

Assim, com base na argumentação apresentada e, sobretudo no propósito superior de que as contas de uma empresa forneçam uma imagem verdadeira e apropriada da sua situação financeira e do resultado das suas operações, pode-se concluir que o MEP deve ser aplicado nas circunstâncias que resumo no quadro seguinte, adaptado de Borges *et al* (2010, pág. 725):

<b>PARTICIPAÇÕES</b>	<b>NAS CONTAS INDIVIDUAIS</b>	<b>NAS CONTAS CONSOLIDADAS</b>
Em subsidiárias	Regra: MEP	Método da Consolidação Integral
Em associadas	Regra: MEP	MEP
Em entidades conjuntamente controladas	Método da Consolidação Proporcional ou MEP	Método da Consolidação Proporcional
Noutras entidades	Método do Custo ou Método do Justo Valor	Método do Custo ou Método do Justo Valor

### **3.1.3. Tratamento contabilístico dos lucros distribuídos**

Como este trabalho pretende analisar em particular a questão dos lucros distribuídos às participações quando elas estão contabilizadas pelo MEP, considero útil uma análise mais pormenorizada de todo o procedimento contabilístico a observar no MEP para o tratamento dos lucros imputáveis à participação.

Em princípio, o problema contabilístico começa quando no final do exercício a participada apura os seus resultados, facto que tem impacto sobre o seu capital próprio e por essa via no valor do investimento financeiro da participante, nos termos já referidos. Tratando-se de lucros, a participante deverá determinar a parte corresponde à sua participação<sup>19</sup> e fazer o seu reconhecimento contabilístico, tendo como suporte o balanço da participada. A tradução contabilística passa, pelo registo do aumento de valor do investimento financeiro na conta 41.x.1.1 – “Investimentos financeiros – Investimentos em subsidiárias/associadas/entidades conjuntamente controladas – Participações de capital – método da equivalência patrimonial – Valor contabilístico”, devido ao aumento no capital próprio da participada e, na conta 78.5.1 – “Outros rendimentos e ganhos – Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos” porque o motivo para esse aumento deve-se aos lucros obtidos pela participada.

D<sup>20</sup>. 41.x.1.1  
C<sup>21</sup>. 78.5.1

No exercício económico seguinte, quando a participante tomar conhecimento acerca da aplicação dada aos lucros deliberada na Assembleia Geral Ordinária de aprovação das contas e aplicação dos resultados da participada, de que servirá como evidência a cópia da respectiva Acta, duas situações poderão ocorrer conjunta ou isoladamente. Pela totalidade ou parte dos lucros não atribuídos, isto é, retidos em reservas ou resultados transitados, a participante terá que os transferir da conta 56 – “Resultados transitados” para onde entretanto terão sido transferidos os resultados do exercício anterior, para a conta 57.1.2 – “Ajustamentos em activos financeiros – Relacionados com o método da equivalência patrimonial - Lucros não atribuídos”.

D. 56  
C. 57.1.2

---

<sup>19</sup> Em regra, directamente proporcional à participação relativa detida, pelo que é determinada multiplicando a % de participação pelo montante dos lucros. No entanto é possível que existam excepções, associadas a modificações estatutárias do direito aos lucros.

<sup>20</sup> Movimentação contabilística a débito da conta.

<sup>21</sup> Movimentação contabilística a crédito da conta.

Relativamente à totalidade ou à parte dos lucros que sejam atribuídos, a participante deverá reconhecer a redução correspondente no valor do seu investimento financeiro, na medida em que tal facto proporciona uma diminuição do capital próprio da participada.

- D. 26.8.x/27.8.x
- C. 41.x.1.1

Posteriormente pela disponibilização e recebimento dos referidos lucros, deveria fazer:

- D. 12.x/11.x
- D. 24.1.x<sup>22</sup>
- C. 26.8.x/27.8.x

Este não é o único esquema de movimentação que se pode encontrar. Seria possível que a empresa participante optasse por efectuar o registo dos lucros não atribuídos logo no início do exercício seguinte, admitindo como pressuposto que os lucros seriam retidos pela totalidade e, depois pela tomada de conhecimento da deliberação acerca da aplicação, verificando-se a atribuição de lucros, efectuar em conjunto com o registo anterior e, pelo mesmo valor, o que se apresenta de seguida:

- D. 57.1.2
- C. 56

A título de conclusão, será importante sublinhar relativamente aos lucros atribuídos, que no MEP, ao contrário do que sucede no método do custo, existe uma diferença temporal entre o reconhecimento do rendimento e o reconhecimento do recebimento. Como se pode observar, no MEP o rendimento é reconhecido no exercício a que se referem os lucros, embora o eventual recebimento só seja reconhecido no exercício seguinte. No método do custo, quer o rendimento, quer o recebimento, são reconhecidos no exercício seguinte àquele a que se referem os lucros.

---

<sup>22</sup> A taxa de retenção na fonte que incide sobre os lucros distribuídos é de 21,5%.

## **3.2. TRATAMENTO FISCAL DOS LUCROS DISTRIBUÍDOS**

### **3.2.1. Regime fiscal dos lucros distribuídos**

O Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC), com as disposições introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro (Orçamento de Estado para 2011), compreende na subsecção IX – “Dedução de lucros anteriormente tributados”, da secção II – “Pessoas colectivas e outras entidades residentes que exerçam, a título principal, actividade comercial, industrial ou agrícola”, do capítulo III – “Determinação da matéria colectável”, o art. 51º cuja epígrafe é “Eliminação da dupla tributação económica de lucros distribuídos”. Esta epígrafe deve-se ao facto dos lucros serem tributados na empresa participada, enquanto base para a determinação da sua matéria colectável de IRC<sup>23</sup>, e na empresa participante, pois a distribuição dos lucros da participada é considerada pela participante como um rendimento, tendo desta forma impacto no seu resultado, aumentando-o, e logo sobre a sua matéria colectável de IRC.

O referido art. 51º do CIRC contempla um regime para o tratamento fiscal dos lucros distribuídos que concede um benefício fiscal total e que dá o nome ao artigo do código, é o da “eliminação da dupla tributação económica de lucros distribuídos”<sup>24</sup>. Este regime tem como requisitos gerais para a sua aplicação, que:

- a sociedade que distribui os lucros tenha a sua sede ou direcção efectiva em território português, e esteja sujeita e não isenta de IRC ou esteja sujeita a imposto especial de jogo;
- a entidade beneficiária não seja abrangida pelo regime da transparência fiscal; e
- a entidade beneficiária possua directamente uma participação no capital da sociedade que distribui os lucros não inferior a 10% e a mesma tenha permanecido na sua titularidade, de modo ininterrupto, durante o ano anterior à data da colocação à disposição dos lucros ou, se detida há menos tempo, desde que a participação seja mantida durante o tempo necessário para completar aquele período.

---

<sup>23</sup> Pois sabe-se que a base para a determinação do imposto a pagar pelas empresas é o seu resultado.

<sup>24</sup> Em 2010 existia um outro regime que concedia um benefício fiscal apenas parcial (de 50%), o da “atenuação da dupla tributação económica de lucros distribuídos”.

Verificando-se cumulativamente estes requisitos que constituem condição essencial para a aplicação do regime e, se a entidade beneficiária for uma sociedade comercial ou civil sob a forma comercial, cooperativa ou empresa pública com sede ou direcção efectiva em território português, pode a mesma efectuar a dedução total ao seu lucro tributável dos referidos rendimentos, provenientes dos lucros distribuídos por uma participada, que estão incluídos na sua base tributável. Esta dedução deverá ser efectuada, utilizando para tal o campo 771 do quadro 07 – “Apuramento do lucro tributável” da declaração modelo 22 de IRC<sup>25</sup>.

### **3.2.2. Implicações fiscais da utilização do MEP**

No que se refere ao tratamento fiscal dos efeitos sobre os resultados contabilísticos das empresas, que como se viu na secção anterior constituem a base para o apuramento do seu lucro tributável, que decorrem da utilização do método da equivalência patrimonial na valorização dos investimentos financeiros em partes de capital de empresas subsidiárias e/ou associadas e/ou entidades conjuntamente controladas, o CIRC dispõe na sua subsecção I – “Regras gerais”, da secção II – “Pessoas colectivas e outras entidades residentes que exerçam, a título principal, actividade comercial, industrial ou agrícola”, do capítulo III – “Determinação da matéria colectável”, n.º 8 do art. 18º - “Periodização do lucro tributável”:

*Os rendimentos e gastos, assim como quaisquer outras variações patrimoniais, relevados na contabilidade em consequência da utilização do método da equivalência patrimonial não concorrem para a determinação do lucro tributável, devendo os rendimentos provenientes dos lucros distribuídos ser imputados ao período de tributação em que se adquire o direito aos mesmos.*

Nestes termos, os rendimentos associados aos lucros imputáveis à participação, registados na contabilidade da empresa participante na conta 78.5.1 – “Outros rendimentos e ganhos – Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos – Aplicação do método da equivalência patrimonial”, não são considerados como tal para efeitos fiscais, devendo

---

<sup>25</sup> Ver figura da página 26.

ser deduzidos ao lucro tributável no campo 758 do quadro 07 – “Apuramento do lucro tributável” da declaração modelo 22 de IRC<sup>26 e 27</sup>.

Assim, pode afirmar-se que, a utilização do MEP na mensuração dos investimentos financeiros constituídos por partes de capital em empresas subsidiárias e/ou associadas e/ou entidades conjuntamente controladas não tem qualquer impacto fiscal, sendo inócuo em termos de tributação fiscal. Os lucros são tributados, tal como se fosse aplicável o método do custo na valorimetria desses investimentos financeiros, no exercício económico em que sejam distribuídos, tendo como particularidade o facto de no MEP não serem reconhecidos nesse momento como rendimentos, sendo necessário acrescê-los ao lucro tributável, podendo utilizar-se para o efeito o campo 752 do quadro 07 – “Apuramento do lucro tributável” da declaração modelo 22 de IRC. De qualquer modo, esta situação só ocorrerá no caso em que não seja aplicado o regime fiscal da “eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos” que, como foi observado, não é o que, por princípio, ocorrerá para participações que estejam contabilizadas pelo MEP.

Concluindo, se os investimentos financeiros em partes de capital de subsidiárias e/ou associadas e/ou entidades conjuntamente controladas contabilizados pelo MEP, forem abrangidos, como será habitual, pelo regime fiscal da “eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos”, não haverá lugar a qualquer acréscimo nem dedução a efectuar ao lucro tributável no quadro 07 – “Apuramento do lucro tributável” da declaração modelo 22 de IRC, pelos lucros que sejam distribuídos à participação num qualquer exercício.

---

<sup>26</sup> Idêntico tratamento têm os gastos associados aos prejuízos imputáveis à participação, contabilizados, pela participante, na conta 68.5.2 – “Outros gastos e perdas – Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos – Aplicação do método da equivalência patrimonial”, que devem ser acrescidos ao lucro tributável no campo 712 do quadro 07 – “Apuramento do lucro tributável” da declaração modelo 22 de IRC.

<sup>27</sup> Ver figura da página 26.



07	APURAMENTO DO LUCRO TRIBUTÁVEL			
	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	701	*	*
	Variações patrimoniais positivas não reflectidas no resultado líquido do período (art.º 21.º) e quota-parte do subsídio respeitante a activos fixos tangíveis não depreciáveis e activos intangíveis com vida útil indefinida (art.º 22.º, n.º 1, al. b))	702	*	*
	Variações patrimoniais positivas (regime transitório previsto no art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL 159/2009, de 13/7)	703	*	*
	Variações patrimoniais negativas não reflectidas no resultado líquido do período (art.º 24.º)	704	*	*
	Variações patrimoniais negativas (regime transitório previsto no art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL 159/2009, de 13/7)	705	*	*
	Alteração do regime fiscal dos contratos de construção (correções positivas)	706	*	*
	Alteração do regime fiscal dos contratos de construção (correções negativas)	707	*	*
	SOMA (campos 701 + 702 + 703 - 704 - 705 + 706 - 707)	708	*	*
A ACRESCER	Materia colectável / lucro tributável imputado por sociedades transparentes, ACE ou AEIE (art.º 6.º)	709	*	*
	Correcções relativas a períodos de tributação anteriores (art.º 18.º, n.º 2)	710	*	*
	Vendas e prestações de serviços com pagamento diferido: diferença entre a quantia nominal da contraprestação e o justo valor (art.º 18.º, n.º 5)	711	*	*
	Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial (art.º 18.º, n.º 8)	712	*	*
	Ajustamentos não dedutíveis decorrentes da aplicação do justo valor (art.º 18.º, n.º 9)	713	*	*
	Pagamentos com base em acções (art.º 18.º, n.º 11)	714	*	*
	Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados (art.º 18.º, n.º 12)	715	*	*
	Gastos não documentados (art.º 23.º, n.º 1)	716	*	*
	Gastos suportados com a transmissão onerosa de partes de capital (art.º 23.º, n.ºs 3, 4 e 1.ª parte do n.º 5)	717	*	*
	Ajustamentos em inventários para além dos limites legais (art.º 28.º) e perdas por imparidade em créditos não fiscalmente dedutíveis ou para além dos limites legais (art.º 35.º)	718	*	*
	Depreciações e amortizações (art.º 34.º, n.º 1), perdas por imparidade de activos depreciáveis ou amortizáveis (art.º 35.º, n.º 4) e desvalorizações excepcionais (art.º 38.º), não aceites como gastos	719	*	*
	40% do aumento das depreciações dos activos fixos tangíveis em resultado de reavaliação fiscal (art.º 15.º, n.º 2 do D.R. 25/2009, de 14/9)	720	*	*
	Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 19.º, n.º 3 e 39.º) e perdas por imparidade fiscalmente não dedutíveis de activos financeiros	721	*	*
	Créditos incoobríveis não aceites como gastos (art.º 41.º)	722	*	*
	Realizações de utilidade social não dedutíveis (art.º 43.º)	723	*	*
	IRC e outros impostos que directa ou indirectamente incidam sobre os lucros (art.º 45.º, n.º 1, al. a))	724	*	*
	Impostos diferidos (art.º 45.º, n.º 1, al. a))	725	*	*
	Encargos evidenciados em documentos emitidos por sujeitos passivos com NIF inexistente ou inválido ou por sujeitos passivos cessados oficialmente (art.º 45.º, n.º 1, al. b))	726	*	*
	Impostos e outros encargos que incidam sobre terceiros que o sujeito passivo não esteja legalmente autorizado a suportar (art.º 45.º, n.º 1, al. c))	727	*	*
	Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infracções (art.º 45.º, n.º 1, al. d))	728	*	*
	Indemnizações por eventos seguráveis (art.º 45.º, n.º 1, al. e))	729	*	*
	Ajudas de custo e encargos com compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador (art.º 45.º, n.º 1, al. f))	730	*	*
	Encargos não devidamente documentados (art.º 45.º, n.º 1, al. g))	731	*	*
	Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor (art.º 45.º, n.º 1, al. h))	732	*	*
	Encargos com combustíveis (art.º 45.º, n.º 1, al. i))	733	*	*
	Juros de suprimentos (art.º 45.º, n.º 1, al. j))	734	*	*
	Gastos não dedutíveis relativos à participação nos lucros por membros dos órgãos sociais (art.º 45.º, n.º 1, al. n))	735	*	*
	Menos-valias contabilísticas	736	*	*
	50% de outras perdas relativas a partes de capital ou outras componentes do capital próprio (art.º 45.º, n.º 3, parte final)	737	*	*
	Mais-valia fiscal resultante de mudanças no modelo de valorização (art.º 46.º, n.º 5, al. b))	738	*	*
	Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento (art.º 46.º)	739	*	*
	50% da diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais com intenção expressa de reinvestimento (art.º 48.º, n.ºs 1, 4 e 5)	740	*	*
	Acréscimos por não reinvestimento ou pela não manutenção das partes de capital na titularidade do adquirente (art.º 48.º, n.ºs 6 e 7)	741	*	*
	Mais-valias fiscais - regime transitório (art.º 7.º, al. b) da Lei n.º 30-G/2000, de 29 de Dezembro e art.º 32.º, n.º 8 da Lei n.º 109-B/2001, de 27 de Dezembro)	742	*	*
	Correcções relativas a instrumentos financeiros derivados (art.º 49.º)	743	*	*
	Correcções relativas a preços de transferência (art.º 63.º, n.º 8)	744	*	*
	Diferença positiva entre o valor patrimonial tributário definitivo do imóvel e o valor constante do contrato (art.º 64.º, n.º 3 al. a))	745	*	*
	Pagamentos a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 65.º)	746	*	*
	Imputação de lucros de sociedades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 66.º)	747	*	*
	Subcapitalização (art.º 67.º, n.º 1)	748	*	*
	Correcções nos casos de crédito de imposto e retenção na fonte (art.º 68.º)	749	*	*
	Correcções resultantes da opção pelo regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de activos e permutas de partes sociais (art.ºs 74.º, 76.º e 77.º)	750	*	*

07		APURAMENTO DO LUCRO TRIBUTÁVEL (cont.)			
A DEDUZIR	Donativos não previstos ou além dos limites legais (art.º 62.º e 65.º do EBF e Estatuto do Mecenato Científico)	751	*	*	3
		752	*	*	3
	SOMA (campos 708 a 752)	753	*	*	3
	Despesas ou encargos de projecção económica plurianual contabilizados como gasto na vigência do POC e ainda não aceites fiscalmente [art.º 22.º al. f) do D.R. 25/2009, de 14/9]	754	*	*	3
	Prejuízo fiscal imputado por ACE ou AEIE (art.º 6.º)	755	*	*	3
	Correcções relativas a períodos de tributação anteriores (art.º 18.º, n.º 2)	756	*	*	3
	Vendas e prestações de serviços com pagamento diferido: rédito de juros (art.º 18.º, n.º 5)	757	*	*	3
	Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial (art.º 18.º, n.º 8)	758	*	*	3
	Ajustamentos não tributáveis decorrentes da aplicação do justo valor (art.º 18.º, n.º 9)	759	*	*	3
	Pagamentos com base em acções (art.º 18.º, n.º 11)	760	*	*	3
	Pagamento ou colocação à disposição dos beneficiários de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós-emprego ou a longo prazo dos empregados (art.º 18.º, n.º 12)	761	*	*	3
	Reversão de ajustamentos em inventários tributados (art.º 28.º, n.º 3) e de perdas por imparidade tributadas (art.º 35.º, n.º 3)	762	*	*	3
	Depreciações e amortizações tributadas em períodos de tributação anteriores (art.º 20.º do D.R. 25/2009, de 14/9) e dedução da quota-parte das perdas por imparidade de activos depreciáveis ou amortizáveis não aceites fiscalmente como desvalorizações excepcionais (art.º 35.º, n.º 4)	763	*	*	3
	Reversão de provisões tributadas (art.ºs 19.º, n.º 3 e 39.º, n.º 4)	764	*	*	3
	Restituição de Impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	765	*	*	3
	Impostos diferidos [art.º 45.º, n.º 1, al. a)]	766	*	*	3
	Mais-valias contabilísticas	767	*	*	3
	50% da menos-valia fiscal resultante de mudanças no modelo de valorização [art.º 46.º, n.º 5, al. b) e art.º 45.º, n.º 3, parte final] e 50% da diferença negativa entre as mais e as menos-valias fiscais de partes de capital ou outras componentes do capital próprio (art.º 45.º, n.º 3, 1.ª parte)	768	*	*	3
	Diferença negativa entre as mais-valias e as menos-valias fiscais (art.º 46.º)	769	*	*	3
	Correcções relativas a instrumentos financeiros derivados (art.º 49.º)	770	*	*	3
	Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos (art.º 51.º)	771	*	*	3
	Correcção pelo adquirente do imóvel quando adota o valor patrimonial tributário definitivo para a determinação do resultado tributável na respectiva transmissão [art.º 64.º, n.º 3, al. b)]	772	*	*	3
	Correcções resultantes da opção pelo regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de activos e permutas da partes sociais (art.ºs 74.º, 76.º e 77.º)	773	*	*	3
	Benefícios Fiscais	774	*	*	3
		775	*	*	3
	SOMA (campos 754 a 775)	776	*	*	3
	PREJUÍZO PARA EFEITOS FISCAIS (Se 776 > 753) (A transportar para o Quadro 09)	777	*	*	3
	LUCRO TRIBUTÁVEL (Se 753 > 776) (A transportar para o Quadro 09)	778	*	*	3

  

08		REGIMES DE TAXA			
08.1	REGIMES DE REDUÇÃO DE TAXA	ASSINALAR COM X	TAXAS DE TRIBUTAÇÃO		
	Estabelecimentos de ensino particular (art.º 56.º do EBF)	242	20%		
	Benefícios relativos à interioridade (art.º 43.º do EBF)	245	10% / 15%		
	Estatuto Fiscal Cooperativo (art.º 7.º, n.º 3 da Lei n.º 85/98, de 16 de Dezembro)	248	20%		
	Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (art.º 35.º do EBF)	260	3 %		
	Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (art.º 36.º do EBF)	265	4 %		
		247			
08.2	REGIME GERAL	ASSINALAR COM X	TAXAS DE TRIBUTAÇÃO		
	Região Autónoma dos Açores (Dec. Leg. Regional n.º 2 / 99 / A, de 20 de Janeiro)	246	8,75% / 17,5%		
	Região Autónoma da Madeira (Dec. Leg. Regional n.º 2 / 2001 / M, de 20 de Fevereiro)	249	10% / 20%		
	Rendimentos prediais de entidades não residentes sem estabelecimento estável [art.º 87.º, n.º 2, alínea f)]	262	15%		
	Mais-valias/incrementos patrimoniais obtidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável	263	25%		
	Outros rendimentos obtidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável	264			
08.3	ENTIDADES LICENCIADAS NA ZONA FRANCA DA MADEIRA				
	Se assinalou algum dos campos 260 ou 265 do Quadro 08.1, indique:				
	Data do licenciamento:	266	Ano	Mês	Dia
	Número de postos de trabalho criados nos primeiros seis meses de actividade e mantidos no período	267			
	Investimento efectuado na aquisição de activos fixos tangíveis e activos intangíveis, nos dois primeiros anos de actividade	268	*	*	3

### 3.3. IMPOSTOS DIFERIDOS

#### 3.3.1. Conceito e funcionamento

Os impostos diferidos relacionam-se com a contabilização dos impostos sobre o rendimento e, resultam da existência de diferentes perspectivas temporais entre a contabilidade e a fiscalidade no tratamento a dar aos factos patrimoniais que originam variações modificativas. Por vezes, a contabilidade reconhece os factos num exercício económico e a fiscalidade só os tributa num exercício económico posterior; outras vezes, a fiscalidade tributa num exercício económico factos cujo efeito global só se concretiza em exercícios económicos futuros.

Alexander e Nobes (1994, pág. 205) referem a propósito da questão dos impostos diferidos:

*A área dos impostos diferidos é uma das áreas da contabilidade em que existem maiores divergências. Os impostos diferidos não são os montantes de impostos cujo pagamento as autoridades fiscais permitem ao contribuinte diferir para momento posterior. São os montantes de impostos que, devido às convenções reditualistas os contabilistas consideram relacionados com os exercícios económicos presentes ou passados mas que o sistema fiscal não considera, ainda, serem tributáveis. Isto é, os impostos diferidos são causados pela existência de diferenças temporais reversíveis entre quando gastos e rendimentos são incluídos nos cálculos contabilísticos em oposição a quando são incluídos nos cálculos fiscais<sup>28</sup>.*

Fornecendo uma contextualização bastante exaustiva dos impostos diferidos, Costa e Alves (2001, pág. 1019 a 1021), afirmam:

---

<sup>28</sup> Tradução do original em inglês da responsabilidade do autor.

*O facto dos impostos sobre o rendimento serem normalmente determinados com base num resultado diferente do apurado segundo os princípios e normas contabilísticas, por via das correcções impostas pela legislação fiscal tem conduzido a diferentes tratamentos contabilísticos, havendo países em que os efeitos tributários derivados de tais diferenças ainda não são geralmente considerados e outros em que tal procedimento constitui prática corrente. Temos, assim, numa primeira classificação:*

- *o método do imposto a pagar; e*
- *o método da contabilização dos efeitos tributários, que tem assumido diversas variantes.*

*No primeiro método o imposto relativo ao período corrente é, normalmente, igual à estimativa para impostos a pagar, ainda que no Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados devam ser divulgados os efeitos tributários.*

*Nos métodos de contabilização que tomam em consideração os efeitos tributários, os impostos sobre o rendimento são reconhecidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites, conduzindo à existência de activos ou de passivos por impostos diferidos, conforme as circunstâncias.*

*A IAS original<sup>29</sup> admitia dois métodos de contabilização dos impostos diferidos:*

- o método do diferimento (“deferral method”); ou*
- o método do passivo (“liability method”)*

*Ambos os métodos se baseiam nas diferenças existentes entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscais (“timing differences”), pelo que o segundo método é também conhecido por “Método de passivo da demonstração de resultados” (“Income statement liability method”).*

*Sendo adoptado o método do diferimento, os efeitos fiscais referentes às diferenças temporárias resultantes do ajustamento entre resultados contabilísticos e resultados fiscais (“timing differences”) são diferidos e imputados aos*

---

<sup>29</sup> NIC n.º 12 – “Impostos sobre o rendimento”. Ver a propósito da comparação entre a versão original e a versão revista: Cunha, Carlos A. Silva; Rodrigues, Lucía Lima (2003), “Impostos Diferidos – Confronto da IAS 12 actual com a IAS 12 original, do IASB”, *Revista Revisores & Empresas*, n.º 23 Out./Dez., pág. 18-25.

*exercícios em que as diferenças se invertem, sem que sejam efectuados quaisquer ajustamentos decorrentes da alteração na taxa do imposto ou do lançamento de novos impostos.*

*No caso do método de passivo, os saldos dos impostos diferidos são ajustados em função das alterações verificadas na taxa de imposto ou do lançamento de novos impostos.*

*A IAS 12 revista deixou de admitir o método do diferimento (“deferral method”) na medida em que os activos e passivos por ele originados não cumpriam com os conceitos introduzidos pelo “Framework for the preparation and presentation of financial statements”. Também o método de passivo adoptado pela NIC original foi substituído por um outro, o qual em vez das diferenças reversíveis entre resultados contabilísticos e resultados fiscais (“timing differences”), toma em consideração as diferenças temporárias (“temporary differences”)... Por este facto, o método agora introduzido é também conhecido por “Método de passivo do balanço” (“Balance sheet liability method”)...*

*A contabilização dos activos e dos passivos por impostos diferidos exige os seguintes passos:*

- *identificação de todas as diferenças temporárias existentes à data a que se reportam as demonstrações financeiras;*
- *classificação das diferenças temporárias em tributáveis e dedutíveis, na medida em que os activos por impostos diferidos só devem ser reconhecidos até ao ponto em que seja provável a sua realização;*
- *obtenção de informação adequada sobre as diferenças temporárias dedutíveis;*
- *quantificação do efeito fiscal das diferenças tributáveis e das diferenças dedutíveis.*

As principais diferenças no tratamento da questão dos impostos diferidos entre os métodos do diferimento e do passivo, podem ser apresentadas resumidamente da seguinte forma<sup>30</sup>:

	Método do Diferimento	Método do Passivo
<u>Orientação</u>	Demonstração dos resultados	Demonstração do balanço
<u>Incidência</u>	Diferenças tempestivas	Diferenças temporárias
<u>Elemento das</u> <u>Demonstrações Financeiras</u>	Acréscimo de gastos e de réditos	Dívidas a receber e dívidas a pagar
<u>Mensuração</u>	Taxas fiscais e leis fiscais do período em que as diferenças tempestivas se originam	Taxas fiscais e leis fiscais que se esperam estejam em vigor quando as diferenças temporárias reverterem
<u>Ajustamento face a</u> <u>alterações de Taxas e Leis</u> <u>Fiscais</u>	Não se ajustam os acréscimos de gastos e de réditos	Ajustam-se os activos e passivos por impostos diferidos
<u>Desconto financeiro</u>	Não é possível	Não é possível

No método do passivo, para o qual voltaremos a nossa atenção por ser o que está consagrado na NCRF n.º 25 – “Impostos Sobre o Rendimento<sup>31</sup>” as diferenças de reconhecimento entre as normas contabilísticas e as regras fiscais, são designadas de diferenças temporárias e diferenças permanentes.

<sup>30</sup> Tabela extraída de Pais, Cláudio (2002).

<sup>31</sup> O parágrafo 3 da NCRF n.º 25 refere: *Para as finalidades desta Norma, consideram-se impostos sobre o rendimento todos os impostos no país e impostos estrangeiros que sejam baseados em lucros tributáveis, bem como outros impostos tais como impostos por retenção (de dividendos), que sejam pagáveis por uma subsidiária, associada ou empreendimento conjunto em distribuições à entidade que relata.*

Borges *et al* (2010, pág. 600, 601) definem o que se deve entender por cada uma delas:

- **Diferenças Permanentes:** *São as diferenças verificadas num determinado período entre o resultado tributável e o resultado contabilístico desse período, mas que não serão compensadas em períodos seguintes, na medida em que respeitam a rendimentos e gastos que integram, em definitivo, um dos resultados e não o outro.*
- **Diferenças Temporárias:** *As diferenças temporárias são as verificadas entre a quantia registada na contabilidade de um activo ou passivo e sua quantia para efeitos de base tributável, ou seja, o montante que devemos ter em atenção para efeitos do futuro apuramento de imposto.*

*Nestas circunstâncias existe uma diferença “temporal” entre a data em que determinado item é reconhecido nos resultados contabilísticos e a data em que esse mesmo item irá ser integrado para efeitos de apuramento do resultado tributável. Assim, podem distinguir-se entre:*

- a) diferenças temporárias **dedutíveis**, que são diferenças temporárias de que resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável (menos imposto a pagar) de períodos futuros quando a quantia escriturada do activo ou do passivo seja recuperada ou liquidada; ou,*
- b) diferenças temporárias **tributáveis**, que são diferenças temporárias de que resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável (mais imposto a pagar) de períodos futuros quando a quantia escriturada do activo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.*

A NCRF n.º 25 é concordante com a posição do Financial Accounting Standards Board (FASB), assumida pela Statement of Financial Accounting Standards (SFAS) n.º 109 – “Accounting for income taxes”, que a partir da definição de activos e de passivos da Statement of Financial Accounting Concepts (SFAC) n.º 6 – “Elements of Financial Statements”, concluiu que os efeitos fiscais das diferenças temporárias são activos (dívidas a receber) e passivos (dívidas a pagar). Os efeitos fiscais de diferenças temporárias dedutíveis são activos porque:

- reduzem o lucro tributável (ou aumentam os prejuízos fiscais) em períodos futuros (contribuindo, ainda que indirectamente, para futuras entradas de caixa);
- são detidos ou controlados pela entidade;
- resultam de transacções ou eventos passados.

Os efeitos fiscais de diferenças temporárias tributáveis são passivos porque:

- representam uma obrigação legal;
- resultam em quantias tributáveis (apesar de se poder dilatar no tempo os eventos que lhe deram origem);
- provêm de transacções ou eventos passados.

Assim, a NCRF n.º 25 define o que se deve entender como activos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos (NCRF n.º 25, § 5):

- **Activos por impostos diferidos**<sup>32</sup>: *são as quantias de impostos sobre o rendimento recuperáveis em períodos futuros respeitantes a:*
  - (a) *Diferenças temporárias dedutíveis;*
  - (b) *Reporte de perdas fiscais não utilizadas; e*
  - (c) *Reporte de créditos tributáveis não utilizados.*
- **Passivos por impostos diferidos**<sup>33</sup>: *quantias de impostos sobre o rendimento pagáveis em períodos futuros com respeito a diferenças temporárias tributáveis.*

Em termos de reconhecimento ao nível do registo contabilístico, a conta a utilizar para a apresentação dos impostos diferidos no balanço deveria ser uma subconta da conta 24 – “Estado e outros entes públicos”. No entanto tal não é possível, em virtude do SNC, mais precisamente a Portaria n.º 1011/2009 – “SNC – Código de Contas”, de 9 de Setembro, obrigar ao uso da conta 27 – “Outras contas e receber e a pagar”, concretamente a divisionária 27.4 – “Impostos diferidos”.

---

<sup>32</sup> Correspondem às diferenças temporárias dedutíveis multiplicadas pela taxa de imposto.

<sup>33</sup> Correspondem às diferenças temporárias tributáveis multiplicadas pela taxa de imposto.



A Portaria do Código de Contas do SNC, define como contas a usar para o reconhecimento dos impostos diferidos no balanço e na demonstração dos resultados:

***Classe 2 – Contas a receber e a pagar***

*24 – Estado e outros entes públicos*

*24.1 – Imposto sobre o rendimento*

*27 – Outras contas a receber e a pagar*

*27.4 – Impostos diferidos*

*27.4.1 – Activos por impostos diferidos*

*27.4.2 – Passivos por impostos diferidos*

***Classe 5 – Capital, reservas e resultados transitados***

*58 – Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis*

*58.1 – Reavaliações decorrentes de diplomas legais*

*58.1.2 – Impostos diferidos*

*...*

*58.9 – Outros excedentes*

*58.9.2 – Impostos diferidos*

*59 – Outras variações nos capitais próprios*

*59.2 – Ajustamentos por impostos diferidos*

***Classe 8 – Resultados***

*81 – Resultado líquido do período*

*81.2 – Imposto sobre o rendimento do período*

*81.2.1 – Imposto estimado para o período*

*81.2.2 – Imposto diferido*

Para finalizar esta secção, analisam-se alguns exemplos do funcionamento na prática do método dos impostos diferidos no tratamento contabilístico de situações com impacto fiscal em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC). Faz-se a apresentação de um caso ilustrativo de cada uma das diferenças focadas atrás.

Como exemplo das denominadas diferenças permanentes temos as multas fiscais ou não fiscais, que são gasto contabilístico, mas não são consideradas como tal para efeitos fiscais, devendo ser acrescidas aos resultados contabilísticos com vista à determinação do lucro tributável. Ficam incorporadas no imposto corrente do exercício, justificando a diferença entre a taxa nominal<sup>34</sup> e a taxa efectiva do imposto. Assim, o imposto incidente sobre os valores correspondentes a estas multas deve ser contabilizado no conjunto do restante imposto sobre os resultados contabilísticos, correspondendo-lhe o seguinte registo<sup>35</sup>:

- D. 81.2.1
- C. 24.1

Relativamente às diferenças temporárias e, começando pelas dedutíveis, consideremos o exemplo das provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais. Tratam-se de gastos contabilísticos que também não são considerados como gastos fiscais, tal como no exemplo das multas. Contudo, aqui estamos perante uma diferença temporária dedutível, na medida em que no exercício em que a empresa vier a reverter estas provisões, também aí registará um rendimento contabilístico que não é considerado como tal para efeitos fiscais. Isto significa que a empresa é tributada no exercício em que constitui ou reforça as provisões, ficando com o direito de recuperar esse imposto no ano em que vier a reverter as mesmas, tratando-se por isso de uma situação de impostos diferidos activos. Em termos de registo contabilístico tem-se:

- D. 27.4.1
- C. 81.2.2<sup>36</sup>

---

<sup>34</sup> Para os exercícios de 2010 e de 2011 é de 12,5% para matéria colectável até 12.500€ e 25% para valores superiores a 12.500€.

<sup>35</sup> Em nada diferente da aplicação do método do imposto a pagar, pois está incluído no conjunto da estimativa do IRC do exercício.

<sup>36</sup> A conta 81.2.2 é depois saldada com a conta 81.2.1 onde está a estimativa do IRC do exercício dando origem ao montante que deve figurar na demonstração dos resultados, isto é, apenas se apresenta o saldo líquido ao nível da conta 81.2.

Outro exemplo de diferenças temporárias dedutíveis é o do reporte de prejuízos fiscais não utilizados. No actual enquadramento fiscal, existe o direito de deduzir ao lucro tributável, apurado nos quatro exercícios económicos seguintes, o prejuízo fiscal apurado num determinado exercício económico. Assim, se existirem expectativas de apuramento de lucro tributável nesse período futuro, estamos perante uma situação de impostos diferidos activos. O registo contabilístico a efectuar deverá ser:

- D. 27.4.1
- C. 81.2.2

Por fim, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis, temos o exemplo das revalorizações de investimentos em activos fixos tangíveis. Os aumentos na quantia escriturada<sup>37</sup> dos bens revalorizados são tributados<sup>38</sup> por via do aumento que se verifica nos exercícios económicos seguintes nas depreciações do exercício. Isto significa que quando é feita uma revalorização se assume a obrigação de pagar o imposto relativo às mesmas. Trata-se pois de um caso de impostos diferidos passivos. Ter-se-á o seguinte registo contabilístico:

- D. 58.9.2
- C. 27.4.2

### **3.3.2. Aplicabilidade**

O método dos impostos diferidos é obrigatório para todas as entidades que se enquadrem no âmbito de aplicação do sistema geral do SNC, no que respeita ao reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação do imposto sobre o rendimento. Estas entidades estão sujeitas à adopção integral e não condicional de todas as NCRF que compõem o sistema geral. No âmbito destas, encontra-se a NCRF n.º 25 que, como abordado na secção anterior, prevê a

---

<sup>37</sup> O excedente (reserva) de revalorização.

<sup>38</sup> Total ou parcialmente, consoante se tratem de revalorizações livres ou revalorizações legais.

adopção do método dos impostos diferidos no tratamento contabilístico de todas as incidências associadas aos impostos sobre o rendimento.

No entanto o SNC, compreende também um regime especial destinado às entidades de menor dimensão relativamente às quais foi considerado existirem menores exigências em matéria de relato financeiro<sup>39</sup>. Este regime especial, é denominado de Norma Contabilística e de Relato Financeiro – Pequenas Entidades (PE), estando consagrado no art. 9º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, cujo texto dos n.ºs 1 e 3 referem as condições para a sua aplicação:

*A «Norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades» (NCRF-PE), compreendida no SNC, apenas pode ser adoptada, em alternativa ao restante normativo, pelas entidades, de entre as referidas no artigo 3.º e excluindo as situações dos artigos 4.º e 5.º, que não ultrapassem dois dos três limites seguintes, salvo quando por razões legais ou estatutárias tenham as suas demonstrações financeiras sujeitas a certificação legal de contas:*

- a) Total do balanço: € 500.000;*
- b) Total de vendas líquidas e outros rendimentos: € 1.000.000;*
- c) Número de trabalhadores empregados em média durante o exercício: 20<sup>40</sup>.*

*Nos casos em que uma pequena entidade integre o perímetro de consolidação de uma entidade que apresente demonstrações financeiras consolidadas, aquela não pode aplicar o regime previsto na NCRF-PE.*

As entidades abrangidas pela NCRF-PE aplicam, em alternativa às 28 NCRF do sistema geral<sup>41</sup>, esta mesma norma. A NCRF-PE é composta por 19 capítulos, sendo 15 deles

---

<sup>39</sup> Existe também um terceiro regime, ainda mais simplificado, criado pela Lei n.º 35/2010, de 2 de Setembro, denominado de Norma Contabilística para as Microentidades (NCM) que se encontra regulamentado nos seus aspectos fundamentais pelo Decreto-lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março.

<sup>40</sup> Na actual redacção deste artigo, conforme alteração introduzida pela Lei n.º 20/2010, de 23 de Agosto, os limites são:

- a) Total do balanço: € 1.500.000;
- b) Total de vendas líquidas e outros rendimentos: € 3.000.000;
- c) Número de trabalhadores empregados em média durante o exercício: 50.

<sup>41</sup> Não obstante a necessidade de recurso às mesmas para efectuar a superação de eventuais lacunas.

correspondentes a adaptações à realidade de menor exigência de relato financeiro, de normas do sistema geral. Em alguns casos existem diferenças substantivas e a situação do capítulo 16 – “Impostos sobre o rendimento” é um desses casos. É que de acordo com este, o método a usar pelas pequenas entidades no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação do imposto sobre o rendimento é o método do imposto a pagar. Neste não existe reconhecimento de diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, havendo sempre correspondência entre o imposto estimado para o período e o activo ou passivo para com o “Estado e outros entes públicos”. De acordo com este método, apenas têm tratamento contabilístico, os impostos correntes.

### 3.3.3. Os impostos diferidos, o MEP e os lucros distribuídos

Conceptualmente a aplicação do MEP no tratamento contabilístico dos investimentos financeiros em partes de capital de subsidiárias e/ou associadas e/ou empreendimentos pode ter implicações sobre a problemática dos impostos diferidos. A este respeito, a NCRF n.º 25 refere (NCRF n.º 25, § 35 e § 39):

*As diferenças temporárias surgem quando a quantia escriturada de investimentos em subsidiárias, associadas ou interesses em empreendimentos conjuntos (nomeadamente a parte da empresa-mãe ou do investidor nos activos líquidos da subsidiária, associada ou investida, incluindo a quantia escriturada de goodwill) se torna diferente da base fiscal (que é muitas vezes o custo) do investimento ou interesse. Tais diferenças podem surgir numa quantidade de circunstâncias diferentes, por exemplo:*

- (a) A existência de lucros não distribuídos de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;*
- (b) Alterações nas taxas de câmbio quando uma empresa-mãe e a sua subsidiária estão localizadas em países diferentes; e*
- (c) Uma redução na quantia escriturada de um investimento numa associada para a sua quantia recuperável.*

*Um investidor numa associada não controla essa entidade e geralmente não está numa posição para determinar a sua política de dividendos. Por isso, na ausência de um acordo exigindo que os lucros da associada não serão distribuídos no futuro previsível, um investidor reconhece um passivo por impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias tributáveis associadas ao investimento na associada. Em alguns casos, um investidor pode não ser capaz de determinar a quantia de impostos que serão pagos se ele recuperar o custo do seu investimento na associada mas pode determinar que igualará ou excederá uma quantia mínima. Em tais casos, o passivo por impostos diferidos é mensurado por essa quantia.*

Borges *et al* (2010, pág. 602) referem que os rendimentos do MEP reconhecidos sobre o lucro da participada são um exemplo de passivos por impostos diferidos:

*Estão nesta situação:*

*Rendimentos reconhecidos no resultado contabilístico e outras variações patrimoniais positivas registadas num período anterior ao que venham a ser no resultado fiscal. Exemplos:*

...

- *Rendimentos reconhecidos no resultado contabilístico decorrente da adopção do método da equivalência patrimonial, dado que este rendimento não releva para efeitos de apuramento do lucro tributável; ...*

Assim, no caso dos lucros imputados às participações contabilizadas pelo MEP, aparentemente estamos na situação de diferença temporária tributável. Contudo, excepto na situação em que não seja aplicável o regime fiscal da “eliminação da dupla tributação económica de lucros distribuídos” referido atrás, é mera ilusão, na medida em que os efeitos da aplicação do MEP devem ser anulados para o apuramento do lucro tributável. Isto transforma os lucros imputáveis à participação numa diferença permanente entre a contabilidade e a fiscalidade, sendo considerados como rendimento contabilístico, mas não sendo considerados como tal para efeitos fiscais, pois o regime fiscal da “eliminação da dupla tributação económica dos lucros

distribuídos”, que como vimos atrás, é o regime de aplicação geral para os lucros distribuídos aos investimentos financeiros em partes de capital de filiais e associadas, exclui-os da tributação em imposto sobre o rendimento. Assim resulta, que esta não seja uma questão de impostos diferidos, pois nem sequer é uma questão de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas.

#### **4. SOLUÇÃO APRESENTADA PARA O PROBLEMA PROFISSIONAL**

Como referido no segundo capítulo, no âmbito do qual foi apresentada a situação profissional a tratar, a empresa Alfa possui uma participação representativa de 30% do capital da empresa Beta, sua associada, que mantém desde o exercício económico de 2006. O investimento financeiro vem sendo contabilizado pelo MEP.

Passo a relembrar os factos relevantes em que assenta a questão a focalizar:

- no exercício económico de 2010, a empresa Beta obteve um resultado líquido positivo de 256.570,00 euros;
- no exercício económico de 2011, por deliberação tomada em A.G.O. de Beta, a empresa Alfa obteve dividendos da sua participação no montante atribuído de 25.000,00 euros.

No sentido de proceder ao correcto enquadramento contabilístico e fiscal da situação, fui contactado pelo órgão de gestão da empresa Alfa para, no âmbito das funções de acompanhamento do negócio do cliente visando a realização do trabalho de Revisão Legal das Contas, manifestar o meu entendimento sobre o procedimentos correctos a adoptar. Não obstante tenha emitido um primeiro parecer reportado a Dezembro de 2010, numa fase em que o cenário descrito era apenas potencial, o mesmo acabou por ser ultrapassado devido a alterações no CIRC decorrentes do Orçamento do Estado para o ano de 2011. Apesar das modificações ocorridas, nomeadamente a revogação do regime da “atenuação da dupla tributação económica de lucros distribuídos”, estas não assumiram relevância sobre a minha opinião quanto ao correcto procedimento a seguir pela empresa relativamente à situação em causa.

Baseando-me na fundamentação teórica apresentada no terceiro capítulo, passo a descrever os principais aspectos do parecer final emitido em Março de 2011, que oportunamente comuniquei ao órgão de gestão da empresa Alfa, sobre o tratamento destes factos pelo MEP, impacto sobre o IRC e impostos diferidos:



## 1) MEP

Procedimentos a adoptar pela empresa Alfa:

### Exercício de 2010

- Registo contabilístico a efectuar relativamente aos lucros imputáveis à participação<sup>42</sup>:

D. 41.2.1.1 ..... 76.971,00

C. 78.5.1 ..... 76.971,00

No período de detenção deste investimento que decorreu até ao exercício económico de 2009, então aplicando o modelo do POC, neste mesmo caso a empresa estaria a debitar a conta 41.1.2.1.1 – “Investimentos financeiros – Partes de capital – Empresas associadas – Método da equivalência patrimonial - Valor contabilístico” e a creditar a conta 78.2 – “Proveitos e ganhos financeiros – Ganhos em empresas do grupo e associadas”, pelo mesmo valor apresentado. Com a adopção do SNC, regista-se uma reclassificação no âmbito da conta de investimentos financeiros e o reconhecimento de um rendimento operacional em lugar de um proveito financeiro. Este último aspecto tem consequências ao nível do apuramento dos diferentes tipos de resultados, deixando, o facto, de integrar o resultado financeiro e passando a integrar o resultado operacional. Naturalmente, tem também impacto ao nível do relato financeiro no que respeita à sua apresentação na demonstração dos resultados por naturezas. Este novo tratamento privilegia o aspecto económico<sup>43</sup> subjacente ao investimento em detrimento do aspecto meramente financeiro.

### Exercício de 2011

- Registo contabilístico a efectuar relativamente aos lucros (dividendos) atribuídos:

---

<sup>42</sup> 256.570,00 × 30%.

<sup>43</sup> Ou estratégico.

D. 26.8.x/27.8.x.....	25.000,00
C. 41.2.1.1 .....	25.000,00

No período de aplicação do modelo POC, neste caso a empresa debitaria a conta 26.8 – “Outros devedores e credores – Devedores e credores diversos” ou, na minha opinião menos correctamente<sup>44</sup>, a conta 25.3.9 - “Accionistas (sócios) – Empresas associadas – Outras operações”, e creditaria a conta 41.1.2.1.1 – “Investimentos financeiros – Partes de capital – Empresas associadas – Método da equivalência patrimonial - Valor contabilístico”, pelo mesmo valor apresentado.

- Registo contabilístico a efectuar relativamente aos lucros (dividendos) distribuídos (recebimento dos lucros):

D. 12 .....	19.625,00
D. 24.1 <sup>45</sup> .....	5.375,00
C. 26.8.x/27.8.x .....	25.000,00

No período de aplicação do POC, neste caso a empresa debitaria a conta 12 – “Depósitos à ordem”, pelo valor líquido recebido, e a conta 24.1 – “Estado e outros entes públicos – Imposto sobre o rendimento”, pela retenção na fonte de IRC incidente sobre o valor bruto atribuído, e creditaria a conta 26.8 – “Outros devedores e credores – Devedores e credores diversos” ou a conta 25.3.9 - “Accionistas (sócios) – Empresas associadas – Outras operações”, pelo valor bruto dos dividendos. Naturalmente, pressupondo a manutenção da taxa de retenção na fonte de imposto sobre o rendimento, os valores seriam os mesmos que são apresentados.

---

<sup>44</sup> Pois Beta é associada de Alfa, mas Alfa não é associada de Beta. Aliás, Beta não é accionista de Alfa. Este comentário é também válido para o registo apresentado para o SNC, sendo, na minha perspectiva, mais correcto utilizar a conta 27.8.x.

<sup>45</sup> Retenção na fonte =  $25.000,00 \times 21,5\%$ .

- Registo contabilístico a efectuar relativamente aos lucros não atribuídos<sup>46</sup>:

D. 56 .....	51.971,00
C. 57.1.2 .....	51.971,00

No período de aplicação do POC, neste caso a empresa debitaria a conta 59 – “Resultados transitados” e creditaria a conta 55.2 – “Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas – Lucros não atribuídos”, pelo mesmo valor apresentado.

Como se vê, excepto no que respeita à natureza dos resultados reconhecidos pela imputação dos lucros da associada à participação, as diferenças em termos de registos, entre a prática do POC e a do SNC, resumem-se a questões de reorganização das contas no plano de contas definido.

Centrando a atenção exclusivamente no SNC, relativamente aos registos apresentados para o ano de 2011, a empresa poderia adoptar o seguinte procedimento alternativo:

- Registo contabilístico a efectuar relativamente aos lucros não atribuídos, a efectuar na reabertura das contas do exercício:

D. 56 .....	76.971,00
C. 57.1.2 .....	76.971,00

Posteriormente, pela tomada de conhecimento da deliberação de aplicação dos resultados tomada pelos accionistas da empresa Beta:

---

<sup>46</sup> 76.971,00 – 25.000,00.

- Registo contabilístico a efectuar relativamente aos lucros (dividendos) atribuídos:

D. 26.8.x/27.8.x.....	25.000,00
C. 41.2.1.1 .....	25.000,00

- Rectificação do registo contabilístico efectuado relativamente aos lucros não atribuídos:

D. 57.1.2 .....	25.000,00
C. 56 .....	25.000,00

- Registo contabilístico a efectuar relativamente aos lucros (dividendos) distribuídos (recebimento dos lucros):

D. 12 .....	19.625,00
D. 24.1 <sup>47</sup> .....	5.375,00
C. 26.8.x/27.8.x .....	25.000,00

## **2) IRC**

Procedimentos a adoptar pela empresa Alfa:

### Exercício de 2010

- Lucros imputáveis à participação:

Anulação dos efeitos do MEP, através de dedução integral ao lucro tributável no campo 758 do quadro 07 da declaração modelo 22 de IRC. Neste campo deverá ser inscrito o valor de 76.971,00 euros.

---

<sup>47</sup> Retenção na fonte =  $25.000,00 \times 21,5\%$ .

Exercício de 2011

- Lucros distribuídos:

Estão abrangidos pela “eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos” pelo que nada há a efectuar. Neste exercício, não são rendimento contabilístico nem fiscal.

**3) Impostos diferidos**

Procedimentos a adoptar pela empresa Alfa:

Estes factos não têm qualquer implicação sobre os impostos diferidos, consequência da aplicação da “eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos” que os isenta de tributação em sede de IRC. Assim, não se reconhece qualquer imposto diferido, o que a aplicar-se ocorreria no exercício económico de 2010, aquando da imputação dos lucros à participação.

## **5. CONCLUSÃO**

A questão das implicações contabilísticas e fiscais dos lucros distribuídos por uma empresa associada à empresa detentora desse investimento surgiu no decurso dum trabalho desenvolvido de Revisão Legal das Contas de uma sociedade.

Inicialmente colocava-se a hipótese de existirem implicações cruzadas entre a aplicação do MEP no registo e mensuração dos investimentos financeiros em partes de capital de empresas subsidiárias e/ou associadas e/ou entidades conjuntamente controladas, o regime fiscal de IRC aplicável aos lucros distribuídos por essas entidades participadas e o tratamento contabilístico dos impostos diferidos.

No final, tal como relatado neste trabalho, constata-se que, a hipótese admitida possível, afinal não tem sustentação. Os argumentos encontrados são, por um lado, a inocuidade do MEP em termos de imposto sobre o rendimento; por outro lado, atendendo ao regime fiscal dos lucros distribuídos aplicável no momento, os mesmos não têm qualquer relação com a problemática dos impostos diferidos.

## **6. BIBLIOGRAFIA**

### **Bibliografia Citada:**

**Alexander, David; Nobes, Christopher** (1994), *A European introduction to financial accounting*, Prentice Hall.

**Borges, António; Rodrigues, Azevedo; Rodrigues, Rogério** (2010), *Elementos de Contabilidade Geral*, 25.<sup>a</sup> Edição, Áreas Editora.

**Código das Sociedades Comerciais (2010)**, O Informador Fiscal.

**Código do IRC (2011)**, O Informador Fiscal.

**Costa, Carlos Baptista da; Alves, Gabriel Correia** (2008), *Contabilidade financeira*, 6.<sup>a</sup> Edição, Rei dos Livros.

**Cunha, Carlos A. Silva; Rodrigues, Lúcia Lima** (2003), "Impostos diferidos - Confronto da IAS 12 actual com a IAS 12 original, do IASB", *Revista Revisores & Empresas*, n.º 23, Out./Dez., pág. 18-25.

**Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de Novembro**, Plano Oficial de Contabilidade.

**Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho**, Sistema de Normalização Contabilística.

**Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março**, Regime da normalização contabilística para Microentidades.

**Directriz Contabilística n.º 9/92, de 19 de Novembro**, Contabilização nas contas individuais da detentora, de partes de capital em filiais e associadas.

**Directriz Contabilística n.º 28/01, de 6 de Junho**, Impostos Sobre o Rendimento.

**Financial Accounting Standards Board (FASB)** (1992), *Statement of Financial Accounting Standard (SFAS) n.º 109 - Accounting for income taxes*.

**Lei n.º 20/2010, de 23 de Agosto**, *Alarga o conceito de pequenas entidades para efeitos de aplicação do Sistema de Normalização Contabilística (SNC)*, Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho.

**Lei n.º 35/2010, de 2 de Setembro**, *Simplificação das normas e informações contabilísticas das microentidades*.

**Lopes, Carlos António Rosa** (2004), *Consolidação de Contas e Fusões & Aquisições (F. & A.)*, Rei dos Livros.

**Kieso, Donald E.; Weygandt, Jerry J.** (1998), *Intermediate accounting*, Ninth Edition, John Wiley & Sons, inc.

**Norma Contabilística e de Relato Financeiro – Pequenas Entidades (NCRF-PE)**, Aviso n.º 15654/2009, de 7 de Setembro.

**Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) n.º 12**, *Imparidade de Activos*, Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro.

**Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) n.º 13**, *Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas*, Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro.

**Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) n.º 15**, *Investimentos em Associadas e Consolidação*, Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro.



**Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) n.º 25**, *Impostos Sobre o Rendimento*, Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro.

**Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) n.º 27**, *Instrumentos Financeiros*, Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro.

**Norma Internacional de Contabilidade (NIC) n.º 12**, *Impostos sobre o rendimento*, adoptada pelo texto original do Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão, de 3 de Novembro.

**Pais, Cláudio** (2002), "Impostos sobre lucros: Impostos diferidos", *Apontamentos da formação contínua da OROC*.

**Portaria n.º 1011/2009, de 9 de Setembro**, *Código de Contas*.

#### **Bibliografia Consultada:**

**Borges, António; Ferrão, Martins** (1994), *A contabilidade e a prestação de contas*, Rei dos Livros.

**Borges, António; Gamelas, Emanuel; Ferreira, Pedro António; Martins, Manuela; Magro, Nuno; Rodrigues, José Pinhão** (2009), *SNC – Sistema de Normalização Contabilística: Casos Práticos*, 1.ª edição, Áreas editora.

**BPI** (2010), *Guia do fisco 2010*, Abril.

**Silva, F. V. Gonçalves; Pereira, J. M. Esteves; Rodrigues, Lúcia Lima** (2008), *Contabilidade das Sociedades*, 13.ª Edição, Plátano Editora.

**International Accounting Standards Board (IASB)** (1999), *Interpretação do Standing Interpretations Committee (SIC) 20 - Método da equivalência patrimonial - Reconhecimento de perdas* (tradução da OROC).

**Machado, José R. Braz** (1998), *Contabilidade financeira - Da perspectiva da determinação dos resultados*, Protocontas.

**Pais, Cláudio** (2000), *Impostos sobre os lucros: Contabilização dos impostos diferidos*, Editora Áreas.

**Vida Económica** (2010), *Sistema de Normalização Contabilística – SNC 2010*.